



Enfrentando o gigante¹

Walter Nilton Pina Stoffel*

RESUMO

O artigo faz uma resenha dos acontecimentos relativos à Segunda Guerra do Golfo e chama a atenção para o papel desempenhado pelos EUA e pela França se opondo à ação militar unilateral dos EUA. Na pesquisa que desenvolveu, o autor procurou registrar o que é visto, o que é dito por uns e por outros, o que é percebido nas entrelinhas. Frequentemente conflitantes, essas facetas, observadas no seu conjunto, permitem uma compreensão inicial dos fatos.

PALAVRAS-CHAVE

Crise no Iraque, Guerra do Golfo, mundo unipolar, EUA, França.

A recente crise no Iraque, mais especificamente nas semanas que precederam o início das operações militares anglo-americanas contra o país, caracterizou-se por uma franca oposição à opção armada da parte da Rússia, da Alemanha, e, principalmente, da França. Embora a relação entre os dois lados do Atlântico tenha vivido nos últimos anos alguns momentos de divergências e conflitos de interesses, no campo político e, particularmente, no econômico, surpreendeu a alguns analistas a firme posição francesa. Especialmente se a considerarmos protagonizada por Jacques Chirac, um persona-

gem que não se destacou propriamente, em seu passado político, por posições firmes, e para quem, no dizer de Edgar Faure, pensar era repetir o que pensam os outros (ACTUALITÉS, 11 mar. 2003, /5/337te.html).

O que provocou essa atitude? O que mais existe além da posição oficial de defensor da paz no mundo? Quais os interesses em jogo, os motivos, os objetivos?

O CONTEXTO

O cessar-fogo da Guerra do Golfo em 1991 foi condicionado à aceitação, pelo regime de Saddam Hussein, da resolução

* Tenente-Coronel de Artilharia e Estado-Maior. Chefe da Seção de Pós-graduação da ECEME.

¹ Colaboração da ECEME.

687/91 da ONU, que previa seu desarmamento, abrindo mão de armas de destruição em massa e mísseis de longo alcance, bem como de programas nucleares de qualquer natureza. Desde o início, o processo enfrentou sucessivos obstáculos, apesar do controle militar através das zonas de exclusão aérea e do embargo econômico. Falta de cooperação das autoridades iraquianas, pressões políticas de todas as direções, sucessivas interrupções dos trabalhos da comissão de verificação das armas proibidas, afastamento de dirigentes do processo, desrespeito a resoluções da ONU têm sido variáveis freqüentes dessa equação.

ANTECEDENTES DA ATUAL CRISE

No segundo semestre de 2002, com o trabalho dos inspetores da ONU completamente interrompido, após terem sido expulsos por Saddam em 1998, intensificam-se as discussões a respeito do assunto, surgindo as primeiras referências a um possível ultimato, e à possibilidade de um ataque preventivo. Com o sucesso da invasão do Afeganistão e aproveitando o clima mundial de apoio na luta contra o terrorismo, o Governo dos EUA começa a falar de uma possível intervenção no Iraque, um dos integrantes do “eixo do mal”.

Na 10ª Conferência dos Embaixadores em Paris, em 29 de agosto de 2002, o Presidente francês Jacques Chirac se declara inquieto quanto à “tentativa de legitimar o uso unilateral e preventivo da força”, doutrina “perigosa e contrária à visão coletiva de segurança da França e ao direito internacional”, consideração que ele retoma em 9 de setembro de 2002, em entrevista ao *New York Times*, quando lembra

que nenhuma prova foi oficialmente apresentada ligando o Iraque à Al Qaeda. No encontro de ministros europeus das Relações Exteriores, em 31 de agosto, Dominique de Villepin enfatiza a necessidade de uma postura firme com relação ao Iraque, mas sem abandonar a democracia e o direito, reafirmando a posição francesa a favor de uma resolução da ONU exigindo o retorno incondicional dos inspetores de armas ao Iraque. Em 10 de setembro, em entrevista ao periódico *La Croix*, a Ministra da Defesa Michèle Alliot-Marie volta ao tema, ressaltando que “uma eventual intervenção no Iraque não poderia ter lugar a não ser em respeito às decisões do Conselho de Segurança da ONU (FRANCE, 2002).

Em meados de setembro, Saddam Hussein declara aceitar o retorno dos inspetores da ONU, o que é visto por alguns como uma manobra teatral para ganhar tempo. Questionado a respeito em entrevista na cadeia de televisão Europe 1, o General Kelche, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas francesas, destaca a necessidade de ser mantida uma pressão da ONU sobre o Iraque, para garantir sua boa vontade e o progresso do processo de verificação, e avalia em não menos de um ano o prazo necessário para concluir uma verificação eficaz (FRANCE, 2002).

Em 8 de novembro de 2002, o Conselho de Segurança aprova por unanimidade a Resolução 1.441, dando ao Iraque uma “oportunidade final” para a retomada imediata das verificações e colaboração irrestrita e incondicional do Governo iraquiano para complementação do desarmamento estabelecido pela Resolução 698 e subsequentes, sob pena de enfrentar “sérias conseqüências” (UNITED NATIONS, 2002).

CRISE DIPLOMÁTICA

É aí que começam as divergências. A resolução estabelece um prazo de 45 dias - cumprido pelo Iraque - para o reinício das verificações, mas nenhum prazo para a conclusão do processo. A resolução também não especifica a natureza das conseqüências, caso o Iraque não colabore. Os EUA julgam o processo lento e ineficaz, acusam o Iraque de não prestar colaboração no nível exigido pela Resolução 1.441, e, em 27 de janeiro de 2003, começam os preparativos para ações militares, concentrando tropas na região do Golfo. Ao mesmo tempo, o Secretário de Estado Colin Powell tenta convencer a ONU da inutilidade do trabalho dos inspetores, da existência de armas proibidas no Iraque, de suas ligações com o terrorismo internacional. Sem sucesso. Os relatórios de Hans Blix, chefe da UNMOVIC - Comissão de Verificação, Inspeção e Monitoramento da ONU -, e de Mohamed ElBaradei, Diretor Geral da IAEA - Agência Internacional de Energia Atômica -, dão conta de avanços substanciais, apesar de uma colaboração ainda incompleta das autoridades iraquianas. ElBaradei, em particular, é enfático, dizendo que, em três meses e 218 inspeções, não foi encontrada nenhuma evidência de retomada do programa nuclear neutralizado pela ONU em 91.

Os EUA, com apoio da Grã-Bretanha, anunciam um ultimato de 10 dias ao Iraque, incluído em proposta de resolução a ser submetida ao Conselho de Segurança da ONU, dando a Saddam Hussein até 17 de março de 2003 para entregar todas as armas proibidas e esclarecer as dúvidas sobre todos os seus programas bélicos (BUSH, 2003).

O ultimato desencadeia franca oposição francesa, apoiada por Rússia, China e Alemanha, argumentando que, em vista dos progressos em curso e dentro do cumprimento da Resolução 1.441, caberia apenas aos inspetores indicar a impossibilidade de prosseguir seu trabalho e a necessidade de passar a outras medidas mais duras. E que o caminho ainda não era o da guerra, mas do prosseguimento das inspeções e da pressão diplomática internacional. Os ânimos se exaltam, e os debates de 7 de março de 2003, no plenário das Nações Unidas, se transformam em um apaixonante duelo verbal entre Dominique de Villepin e Jack Straw, Ministro britânico das Relações Exteriores (RODRIGUES, 2003).

REAÇÕES

A partir de meados de fevereiro e nas semanas que se seguem, multiplicam-se a polêmica e os protestos contra a guerra. Até mesmo nos EUA e na Inglaterra milhões de pessoas vão às ruas pela paz. Centenas de pessoas são presas em manifestações de rua nos Estados Unidos. O apoio político de Tony Blair fica enfraquecido no parlamento inglês, e o Secretário de Defesa americano, Donald Rumsfeld, declara que se os britânicos não quiserem acompanhá-los os EUA farão a guerra sem eles, evidenciando divergências entre os aliados (SYLVESTER, 2003).

Em comunicado oficial de 12 de março de 2003, o Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, alerta os EUA de que uma ação militar sem o aval do Conselho de Segurança seria ilegítima, lembrando que a Organização das Nações Unidas foi criada para preservar as gerações futuras do flagelo da guer-

ra, e que o uso da força, como derradeiro recurso, deve acontecer apenas quando houver certeza de que todas as medidas pacíficas possíveis foram esgotadas. Acrescenta ainda que os eventos no Iraque terão repercussão em outras áreas, e que quanto maior o consenso obtido, maiores as chances de resolver outros conflitos, como o da Palestina e o problema da proliferação nuclear norte-coreana (ACTUALITÉS, 12 mar. 2003, /85/33979.html).

Buscando romper o impasse no Conselho de Segurança, e assim obter o apoio da opinião pública de seu próprio país, Blair apresenta uma alternativa para o Iraque evitar a guerra, com uma lista de exigências a serem cumpridas imediatamente. Começam as especulações de que os EUA abandonariam as tentativas de obter a aprovação da ONU. Londres acusa Paris de intransigência por não aceitar nenhuma proposta que autorize o uso imediato da força. Multiplicam-se as manifestações de apoio à França e contra a guerra, entre as quais as do Papa, do presidente Lula e do ex-presidente norte-americano e Nobel da paz de 2002, Jimmy Carter, que alerta os EUA para os riscos de minar a ONU como instituição para a paz, e de perder a confiança e o apoio internacionais conquistados após os atentados de 11 de setembro de 2001, mesmo de regimes oficialmente antagônicos (GUERRA, 2003).

ACUSAÇÕES

Começam as acusações de que o verdadeiro interesse norte-americano não seria restaurar a democracia no Iraque ou eliminar ligações terroristas, mas controlar o petróleo do país, segunda maior reserva do

mundo, já que os EUA estariam caminhando para uma crise de energia sem precedentes (ESPECIAL, 20 mar. 2003, p. 6A).

Em meio às críticas sobre a real necessidade da guerra, o Secretário de Estado norte-americano Colin Powell critica a França por anunciar antecipadamente sua intenção de vetar a proposta americana, influenciando os membros não permanentes do Conselho de Segurança da ONU, e a Casa Branca começa a negociar individualmente com esses membros, visando a conquistar os seus votos. Questionada, em entrevista à rede ABC, se essa conquista envolvia benefícios comerciais ou similares, a Conselheira de Segurança Nacional dos EUA, Condoleezza Rice, admite que nessa negociação os EUA estão lidando com interesses desses países membros. Funcionários do gabinete Blair ameaçam renunciar (BATALHA, 2003).

Em 14 de março, o jornal *Los Angeles Times* divulga trechos de um relatório do Departamento de Estado dos EUA que afirma que a probabilidade de se levar a democracia ao Oriente Médio através da guerra no Iraque é mínima, contrariando o discurso oficial do Presidente Bush (RELATÓRIO, 2003).

O intelectual norte-americano Noam Chomsky (2003) junta-se aos críticos de uma ação militar no Iraque, que qualifica de “reflexo de uma ambição imperialista, num mundo unipolar”, e que pode levar a uma “proliferação de armas de destruição em massa e do terror. Afinal, parece ser mais seguro, para evitar um ataque norte-americano, imitar a Coreia do Norte e apresentar realmente uma ameaça militar crível. No entanto, se existem armas químicas ou biológicas no Iraque, o caos da guerra vai facilitar que sejam pri-

vatizadas e oferecidas no mercado negro do terror”. Acusa também o Governo norte-americano de contabilizar as preocupações e temores da população americana após os atentados do 11 de setembro de 2001 com fins eleitorais. Mantendo as atenções voltadas para a área de segurança, o Governo desvia os olhares da área econômica, social e outros pontos fracos da atual administração. Os gaviões - Cheney, Rumsfeld, Richard Perle, Paul Wolfowitz, Condoleezza Rice - que estão ligados ao poder não estariam agindo de maneira desconexa, mas continuando um plano de ação geopolítico traçado desde os anos 80, e estendido agora por Bush como estratégia nacional de “dominar o mundo pela força e de usar o poder militar em ataques preventivos, antecipando qualquer desafio antes que se torne uma ameaça ao poder dos EUA”. E denuncia ainda a campanha de propaganda, iniciada em setembro de 2002, que já convenceu metade da população norte-americana de que o Iraque é responsável pelo 11 de setembro. “É uma fabricação completa. O próximo passo será convencê-la de que a guerra será rápida, limpa, cirúrgica, humanitária: uma guerra de libertação do Iraque.”

Militares norte-americanos admitem a possibilidade de utilizar um conflito no Iraque como campo de teste para novos armamentos. Essa possibilidade reforça a suspeita de uma forte pressão da indústria bélica norte-americana no sentido de uma ação militar. A esse respeito, o General Carlos de Meira Mattos alerta para a possível volta do pesadelo atômico. Se a bomba nuclear tinha passado a ser considerada um instrumento de dissuasão terrível demais para ser usada, a nova postura norte-americana reabilita seu papel como arma

possível de ser usada, na forma de engenhos táticos, minibombas nucleares capazes de destruir *bunkers* (MATTOS, 2003). Em se tratando de materiais radioativos, na verdade as Forças Armadas norte-americanas já vêm utilizando há vários anos urânio empobrecido, em blindagens e munições. Prática repetida agora no Iraque e admitida oficialmente pelos EUA e Grã-Bretanha. Segundo eles, os riscos são desprezíveis, afirmação questionada pelo programa ambiental da ONU - UNEP - que alerta para a possibilidade de contaminação dos lençóis freáticos (ESPECIAL, 8 abr. 2003, p. 3).

Até o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso junta-se aos apelos pela paz, alertando para os riscos de uma atitude pós-imperialista que pode levar ao esfacelamento do multilateralismo (BARBOSA, 2003).

INVASÃO

Os protestos diplomáticos e populares não são suficientes para demover a coalizão anglo-americana de suas intenções. Chirac tenta lançar uma proposta de resolução estabelecendo um prazo de dois meses para a conclusão do trabalho dos inspetores da ONU, prontamente rejeitada pelo Vice-Presidente norte-americano Dick Cheney. Em 16 de março de 2003, nos Açores, George Bush se reúne com Tony Blair e Jose Maria Aznar, Presidente do Governo espanhol, e lança um ultimato ao Iraque e à ONU, anunciando o dia seguinte como o “momento da verdade”, ao fim do qual estaria fechada qualquer janela diplomática. (UNITED STATES OF AMERICA, 2003). Ao fim do dia 17 de março, após abandonar os esforços para obter o apoio da ONU para uma ação militar no Iraque,

Bush lança um ultimato final a Saddam Hussein, dando-lhe 48 horas para renunciar e deixar o país com sua família. Na noite de 19 de março, madrugada de 20 de março em Bagdá, tem início a invasão.

O ataque ao Iraque sem o aval da ONU intensifica a onda de protestos e acusações em todo o mundo. Manifestações gigantes acontecem nas Américas, Europa e Ásia. Norman Schwartzkopf, comandante das forças da coalizão na operação Tempestade do Deserto, em 1991, declara-se contra a invasão. A mesma posição é defendida pelo prêmio Nobel de literatura José Saramago, pelo Governo russo e pelo Papa, que alerta para a ameaça ao destino da humanidade. Michael Moore, documentarista ganhador do Oscar, critica duramente Bush na cerimônia de entrega do prêmio. Analistas alemães consideram a guerra uma infração ao direito internacional, e a Federação dos Escritores da Alemanha propõe a possibilidade de processar George W. Bush e Tony Blair, juntamente com Saddam Hussein, no Tribunal Penal Internacional. Günter Grass, um dos membros da Federação e Nobel de literatura em 2000, chega a comparar Bush a Bin Laden em seu discurso fundamentalista e critica a tentativa norte-americana de comprar o voto de membros do Conselho de Segurança, ameaçando por outro lado o grupo dos pacifistas (ESPECIAL, 20 mar. 2003, p. 7 - 21 mar. 2003, p. 4, 6 - 23 mar. 2003, p. 4 - 24 mar. 2003, p. 8).

A maior parte das críticas prende-se ao aspecto humanitário, em face da previsão de milhares de mortos no conflito, em grande parte civis, além da possibilidade de um grande percentual de crianças morrer de inanição ou de sede, durante o cerco das grandes cidades. Quanto ao aspec-

to cultural, cabe lembrar que a Mesopotâmia foi o berço da civilização, há sete mil anos. É a terra de Abraão e o palco de boa parte dos eventos narrados no Gênesis. É a pátria da epopéia de Gilgamesh, do código de Hamurabi, de Nabucodonosor e seus jardins suspensos na Babilônia. A guerra nessa região põe em risco tesouros arqueológicos não apenas das culturas islâmica, cristã e judaica, mas de toda a humanidade.

A situação preocupa principalmente os países limítrofes. Em nítida alusão ao fato de Israel também possuir armas de destruição em massa e os EUA não se importarem com isso, o Rei Abdulla II da Jordânia defende a necessidade de remover as armas de destruição em massa de todos os países, sem exceção. Essa mensagem recorda que a estabilidade na região é muito mais complexa do que o simples desarmamento do Iraque ou a derrubada do regime de Saddam Hussein, e que o pós-guerra deverá ser muito mais difícil que o anunciado por Bush (ESPECIAL, 4 abr. 2003, p. 3). Na verdade, a incerteza quanto ao pós-guerra pretendido pelos EUA é um dos pontos fortes nas críticas apresentadas. Ocupar um país como "libertadores", para instaurar uma democracia, é um terreno perigoso. Esse discurso já foi usado pelos ingleses em 1917, e eles permaneceram em Bagdá por décadas (ESPECIAL, 7 abr. 2003, p. 6). O uso do mesmo argumento pelos norte-americanos também não tem antecedentes confiáveis, como podemos ver nos exemplos do Haiti, Nicarágua e República Dominicana. No dizer do Major-General Smedley Butler ao deixar o Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA, em 1933, essas invasões tiveram como único objetivo o benefício de Wall Street (ESPECIAL, 6 abr. 2003, p. 4). Tam-

bém no Afeganistão, o desenvolvimento do país e a anunciada “democratização” ainda não estão evidentes, e as acusações quanto à violação dos direitos humanos dos prisioneiros de guerra em Guantánamo ainda não foram esclarecidas.

Para Thomas Friedman (2003), colunista do *New York Times*, apesar do discurso de defesa da democracia, a política de Bush mostra que ele não está realmente interessado em consertar o mundo. Ele exige o apoio de todos, por exemplo, para enfrentar o terrorismo internacional e descobrir os responsáveis pelos atentados do 11 de setembro. Mas sobre problemas como o meio ambiente – uma preocupação universal – ele prefere ficar de fora.

As dúvidas de Luiz Garcia (2003) são também as dúvidas de muitos. O Iraque do pós-guerra conhecerá a única prosperidade que renasce hoje no Afeganistão – com a Union Oil of California construindo um oleoduto do Turcomenistão até o porto de Karachi, atravessando o país?

Já que um dos motivos do ataque é a suposta ligação de Saddam com o Al Qaeda, se a vitória militar não levar à destruição da rede terrorista (como não levou no Afeganistão), em qual país continuará a caçada? O conflito desestimulará os terroristas ou será o contrário? Por fim, quem tomará conta do petróleo do Iraque? Talvez a Halliburton do vice-presidente Cheney?

O DITO

Enquanto os protestos de rua contra a guerra se sucedem por todo o mundo, multiplicam-se as manifestações de apoio à posição do Governo francês, no próprio país e no exterior.

Um dos pontos fortes da argumentação francesa é sua coerência. Quando se apegam a todo custo à busca de uma solução pacífica e à necessidade do aval da ONU, Villepin e Chirac seguem fielmente o preconizado na política de defesa francesa. O Livro Branco de Defesa de 1994 contempla a ameaça terrorista e a proliferação de armas de destruição em massa, mas enfatiza também as responsabilidades internacionais da França, resultantes de suas obrigações como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, de sua história e de sua vocação particular. E ressalta o valor da democracia como garantia da estabilidade e da segurança internacionais, e chave para a construção de uma concepção européia e global de defesa (FRANCE, 1994). É por isso que, na sua estratégia de defesa, o item prevenção não fala de ataques, mas principalmente de ações políticas: consolidar as democracias, reduzir desequilíbrios econômicos e sociais etc (FRANCE, 2003a).

A defesa de valores caros à humanidade, como a democracia, o diálogo, a solução negociada das divergências, é outro ponto forte, que lhe valeu importante apoio internacional. As imprecisões dos tablóides britânicos sobre o “pacifismo destruidor” do “verme Chirac” e a ironia da imprensa americana a respeito da “covardia francesa” foram ultrapassadas, pelo menos em volume, pelas manifestações favoráveis em todo o mundo, inclusive com milhares de cartas chegando às embaixadas da França pelo mundo. Mesmo nos países nórdicos, onde a francofilia não é exatamente espontânea, o apoio foi claro. O Ministro sueco das Relações Exteriores declarou que agiria da mesma forma se fosse membro permanente do Conselho de Segurança. Segundo afir-

mou o pesquisador Henrik Thune, do Instituto Norueguês de Estudos Internacionais, ele acreditava que a França estava adotando uma postura tática, para negociar com os EUA sua aprovação em troca da manutenção de seus interesses econômicos no Iraque. O ceticismo inicial deu lugar à surpresa e admiração. Hoje, alguns países originalmente contrários à integração européia estão considerando seus valores de multilateralismo e a ONU melhor representados por França e Alemanha do que pelos EUA. Para os editorialistas italianos, Jacques Chirac desafia o império. Mesmo se a França não puder impedir a marcha sobre Bagdá, ao menos está deixando clara a ilegalidade de uma ação unilateral (MANDEVILLE, 2003). Reflexo dessa visão é a forma com a qual se referem à guerra alguns órgãos de imprensa: “A Guerra de Bush” (*O Globo*), “A Guerra do Império” (*Folha de S. Paulo*), “Guerra del Peccato” (RAI - TV italiana).

Em entrevista às redes CBS e CNN, Chirac reafirmou os laços de amizade entre França e EUA: foi em nome desse elo transatlântico que ele pediu pela paz. E insistiu que a estratégia de Bush já funcionou: pressão política e ameaça militar fizeram aumentar de forma efetiva a cooperação ativa das autoridades iraquianas com os inspetores, e o objetivo do desarmamento estava sendo atingido sem precisar disparar um só tiro! Infelizmente, argumentos e manifestações não foram suficientes para evitar a guerra. Segundo Michèle Alliot-Marie, Ministra francesa da Defesa, somente a opinião pública americana poderia fazer Bush mudar de idéia (ACTUALITÉS, 14 mar. 2003, /030314/202/3 3hd6.html).

Minimizando as conseqüências da divergência com os EUA - “nossos países

continuam bons amigos” - e logo depois do ultimato de 48 horas lançado por Bush, Chirac resumiu a posição oficial francesa. Afirmou que o desarmamento estava em curso, segundo o testemunho dos inspetores, e não havia sentido interrompê-lo para passar para uma ação militar. Esta última seria um derradeiro recurso, quando esgotadas todas as outras possibilidades, o que ainda não acontecera. O prazo para o desarmamento, ou o momento em que ele não estivesse mais sendo possível, só poderia ser ditado pelos inspetores da ONU. E ressaltou a vigência da Resolução 1.441, dentro das medidas previstas para o desarmamento: derrubar o regime de Saddam, embora desejável, não era o que foi decidido unanimemente naquela resolução. Em resposta à insinuação de Bush de que a França partilharia a percepção americana do perigo, mas não sua determinação para enfrentá-lo, rebateu dizendo que o Iraque não representava uma ameaça imediata, que justificasse uma guerra imediata. E a França chamou cada um à responsabilidade para que a legalidade internacional seja respeitada (ACTUALITÉS, 18 mar. 2003, /030318/5/330ph.html).

O maior apoio ao governo foi realmente o recebido da classe política, intelectuais e opinião pública francesas. Em quase 40 anos de carreira política, Chirac raramente obteve uma tal unanimidade a seu favor. Nomes influentes da direita e da esquerda se uniram para saudar sua firmeza. Quatro em cada cinco franceses rejeitavam a guerra, e esse percentual chegou a 94% entre a população muçulmana da França (LE MONDE ON LINE, 2003). Para Max Gallo, romancista histó-

rico francês, essa guerra será uma vitória militar e uma derrota política, agravando-se o terrorismo, o antiamericanismo, o fundamentalismo (ESPECIAL, 24 mar. 2003, p. 10). A defesa mais veemente da posição de Chirac partiu do ex-Ministro da cultura e socialista francês Jacques Lang. Para ele, a França sairá fortalecida dessa crise, pois criou um capital moral e de confiança junto à Europa e ao mundo, e que isso vai torná-la indispensável no processo de reconstrução do Iraque. Inclusive para aproveitar a experiência de reconstrução adquirida na Sérvia, no Kosovo, no Afeganistão: os norte-americanos são “bons para lançar bombas, mas na hora de reconstruir a paz eles desaparecem”. Não acredita em sanções econômicas dos norte-americanos contra a França, até porque contrariariam a lógica do comércio globalizado. Quanto à acusação norte-americana sobre a arrogância francesa e a ambição de marcar uma posição contra os EUA, diz que o problema não é com os norte-americanos, mas com a administração de George Bush, que ele chamou de “primitivo, limitado e teimoso”. Acredita que a França vai lutar contra a “ditadura” mundial que os EUA estão tentando implementar e apóia a política externa de Jacques Chirac, na expectativa de reflexos positivos dessa crise, a médio prazo, no plano europeu (ESPECIAL, 21 mar. 2003, p. 12).

O NÃO DITO

Dentro do contexto apresentado, os fatos e a coerência com suas políticas e objetivos de defesa – corroborados pelo generalizado apoio recebido – já seriam motivo mais do que suficiente para justi-

ficar a oposição oferecida pela França às intenções belicistas dos EUA. No entanto, as coisas não são tão simples. Insinuações e acusações surgidas durante a crise apontam para outras motivações escondidas por trás da retórica apresentada.

Valores

As primeiras e duras críticas à posição francesa de defensora dos valores democráticos, humanitários e do direito internacional acusam a França de só invocá-los quando é de seu interesse e de historicamente havê-los esquecido no Congo, em Ruanda e Madagascar. De ser excessivamente condescendente com Saddam Hussein, e mesmo de haver violado o embargo e ajudado o Iraque a obter materiais proibidos. Chirac teria até mesmo recebido dinheiro de Saddam para sua campanha eleitoral. Em entrevista à CBS e CNN, Chirac desmentiu essas acusações, enquanto esclareceu que a França teve boas relações com Saddam Hussein nos anos 1970 e 1980, numa época em que boa parte dos países do Ocidente também as tinham. Contribuiu mesmo, na época, na construção de uma usina nuclear civil para produção de eletricidade, que foi destruída em 1991 durante a Guerra do Golfo (ACTUALITÉS, 25 mar. 2003; ESPECIAL, 21 mar. 2003, p. 6; FRANCE, 2003b). Segundo o jornal alemão *Tageszeitung*, citado pelo jornalista Alexander Cockburn (2002), o relatório de 12 mil páginas que o Iraque forneceu às Nações Unidas ano passado foi censurado antes de ser divulgado. Foram cortados do relatório os nomes de grandes empresas, americanas, britânicas e alemãs em sua maioria, que venderam armamento e tecnolo-

gia nuclear, química e biológica ao Iraque antes de 1991, encorajadas por seus governos, numa época em que Saddam Hussein era a alternativa secular preferível à teocracia hostil do Irã.

Outra crítica é a de que a insistente oposição e a ameaça do veto francês colocam em risco a estabilidade da Otan e da União Européia, e que Jacques Chirac se utilizou hipocritamente da crise iraquiana para posar de líder da Europa contra os EUA (ACTUALITÉS, 11 mar. 2003, /5/337te.html). Chirac minimizou a importância do fato e disse que essa é uma crise com “c” minúsculo. Quanto ao problema do veto, esclarece que é um engano da mídia falar de veto. Ele só afirmou, desde o início, que votaria contra uma resolução que previsse o recurso imediato ao uso da força. O veto só se caracterizaria se, obtida uma maioria favorável à guerra, a resolução não pudesse ser aprovada por causa do voto contra de um ou mais dos membros permanentes do Conselho de Segurança. Tal situação não chegou a acontecer, já que essa maioria não foi obtida pelos defensores da guerra (FRANCE, 2003b).

Quanto à apregoada desmoralização da ONU, o jornalista Ali Kamel afirma que o Conselho de Segurança não foi desmoralizado pela atual crise: ele nunca teve uma importância real, já que, desde a Guerra Fria, os temas mais cruciais acabam ficando sem solução, devido ao veto de algum dos membros permanentes (ESPECIAL, 27 mar. 2003, p. 7).

Interesses econômicos

Ao denunciar o interesse norte-americano no petróleo do Iraque, normalmente

não se tem destacado as eventuais motivações econômicas dos países que lideram a oposição à guerra. Segundo Gilson Schwartz (2003b), 50% das compras do Iraque nos últimos anos vieram da Austrália, Alemanha, China, Itália e Rússia. Na feira internacional de Bagdá em novembro de 2001, 104 empresas francesas ocuparam um pavilhão de 2.500 m². A francesa Totalfina Elf explora reservas iraquianas de 26 bilhões de barris de petróleo, do campo de Majnoon, descoberto pela Petrobrás em 1975, com produção diária de 1 milhão de barris. A Lukoil russa explora reservas de 15 bilhões de barris, produzindo diariamente 600 mil. Há participações francesas ainda na área de tecnologia, fibras óticas em parceria com a Rússia, implementos químicos agrícolas etc. Não é de espantar que tenham interesse em evitar uma guerra que deverá mudar totalmente o *status quo* na área (ESPECIAL, 24 mar. 2003, p. 9).

O próprio interesse norte-americano no petróleo iraquiano seria mais estratégico do que a simples utilização das jazidas. Se fosse só isso seria mais barato liberar o embargo e comprar petróleo do que fazer guerra para tomá-lo à força. As razões são outras. Já em janeiro, o *Wall Street Journal* noticiava que a Casa Branca vinha mantendo reuniões informais com executivos da Halliburton, Schlumberger, ExxonMobil, Chevron Texaco e ConocoPhillips para discutir projetos de reconstrução do Iraque no pós-guerra. Segundo o cientista político da UFRJ, Valter Duarte, a exploração das jazidas do Iraque pelas empresas norte-americanas permitirá aos EUA não só garantia de abastecimento, mas o controle estratégico do sistema de formação de preços do petróleo (ESPECIAL, 24 mar. 2003, p. 9).

cês que persiga com persistência o objetivo de recuperar para a França essa posição de destaque num novo “grande jogo” multipolar contará sem dúvida com um forte apoio popular. A esse papel de “pátria da diplomacia”, contido no inconsciente coletivo, cultura e tradição francesa, podemos somar os de guardião dos princípios da Revolução Francesa, de igualdade e autodeterminação dos povos – embora em seu período colonialista tenha diversas vezes deixado esses princípios de lado. Mas esse período colonialista gerou também um maior conhecimento, afinidades e parcerias com os países muçulmanos, aspectos fortalecidos pela quantidade de imigrantes desses países vivendo em território francês. O repúdio da população francesa à guerra não é, portanto, fundado apenas em fatores emocionais, de sentimento humanitário, de apoio ao mais fraco ameaçado pelo mais forte, de empatia pelas populações árabes. Ele é também fruto de um real interesse e conhecimento sobre a realidade da região. Além disso, os franceses conhecem bem os inconvenientes de uma guerra de ocupação: eles já passaram pela situação de invasores, em seu passado colonial, mas também pela de invadidos e combatentes de resistência, na Segunda Guerra Mundial.

Se os atentados de 11 de setembro de 2001 e as ações do Governo norte-americano decorrentes permitiram a George W. Bush e sua equipe trabalhar a opinião pública norte-americana em direção a índices de aprovação impensáveis após o conturbado processo eleitoral que o colocou no poder, na situação francesa atual poderíamos identificar um fenômeno assemelhado. A firme oposição de Jacques

Chirac à intenção norte-americana de invadir o Iraque, em defesa da continuidade das negociações e do trabalho dos inspetores da ONU, rendeu-lhe uma popularidade comparável à de François Mitterrand e Charles de Gaulle em seus melhores momentos. Cabe lembrar que a reeleição de Chirac com votos inclusive da esquerda não significou uma enorme aprovação do governo que ele vinha fazendo, mas uma fuga da alternativa de Jean-Marie Le Pen, o ultradireitista que foi com ele para o 2º turno das eleições. E que essa ida de Le Pen, e não Lionel Jospin ao 2º turno, não se deveu a um crescimento repentino da extrema direita francesa, mas a um importante índice de abstenção no 1º turno, aliado a um voto de rejeição e protesto em relação aos dois principais candidatos, o presidente Chirac e o Primeiro-Ministro Jospin, que representavam a continuidade da política então vigente, em particular no campo econômico.

Chirac, com sua experiência de quarenta anos de política, soube contabilizar aqueles valores caros ao povo francês e mobilizá-los na direção certa. Na verdade, ele defende há longo tempo essa posição por um mundo multipolar. A diferença é que agora Bush, com sua lógica de ultimatos, permitiu-lhe o espaço para uma posição mais forte, catalisando uma aprovação de quase a unanimidade da opinião pública, da classe política e de intelectuais, não apenas na França mas por todo o mundo. Chirac foi comparado com um novo De Gaulle, personificação do ideal nacionalista francês. Falou-se mesmo de uma possível indicação para o Nobel da Paz. O fato é que Jacques Chirac está construindo politicamente uma posição de destaque iné-

dita. Para os críticos, no entanto, há um sério risco envolvido nessa posição, que poderia estar escondendo uma tentativa de desviar a atenção dos problemas econômicos internos: segundo François de Closets (2003), não se pode reproduzir o gaullismo em sua soberba, arrogância e grandiloquência e ignorar seu rigor, sua disciplina e sua força. De Gaulle não construiu sua força no campo externo ignorando a austeridade e a economia no campo interno.

Após a queda da bipolaridade da Guerra Fria, o mundo sonhou com um possível retorno ao “grande jogo”, expressão da diplomacia e política internacional do século XIX para caracterizar a multipolaridade de poder então vigente. O poderio econômico-militar dos EUA definiu mais propriamente uma tendência para uma unipolaridade hegemônica, que vem alimentando ao longo dos anos um crescente anti-americanismo. Os atentados de 11 de setembro de 2001 mudaram essa realidade, criando uma onda de empatia e solidariedade global que permitiu aos EUA uma liberdade de ação sem precedentes, liderando o mundo num combate sem tréguas contra o “eixo do mal”. A condução hábil desse apoio mundial permitiu aos EUA obter o apoio da ONU e conquistar aliados numa campanha diplomática e militar relativamente fácil contra o Afeganistão, deixando o caminho aberto para os próximos da lista, seguindo o planejamento dos “gaviões” da administração Bush.

A condução diplomática da situação do Iraque seguiu rumos completamente diferentes. Por excesso de confiança, prepotência ou falta de habilidade e transparência - ou talvez intencionalmente, para deixar clara para o mundo uma mensagem de isolacionismo e auto-suficiência -, os EUA não deram continuidade ao fluxo de apoio mundial contra o terrorismo. Não convenceram a ONU das ligações de Saddam com Bin Laden, da existência de armas de destruição em massa ou da necessidade imediata de atacar o Iraque. A oposição de França, Alemanha e Rússia desempenhou um papel crucial nesse quadro, e pode vir a caracterizar um importante passo de volta para a trilha da multipolaridade. A ONU pode retornar a um papel de destaque, com a Europa - e talvez alguns grupos regionais - representando um contraponto à liderança norte-americana. Ou podemos tender ainda mais para uma realidade unipolar, reservando-se ameaças e sanções aos que ousarem desafiar a hiperpotência hegemônica. Nas palavras de Dominique de Villepin, estamos no limiar da definição do mundo em que queremos que vivam os filhos de nossos filhos. Tudo vai depender do que vai se passar nos próximos meses, não apenas na campanha militar no Iraque, mas principalmente no estabelecimento da paz e na reconstrução do país no pós-guerra. Só o tempo e a história poderão nos dizer qual a real importância dos fatos que viemos de testemunhar. ☉

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACTUALITÉS: Dossier Irak. Paris: Yahoo France, 11 mar. 2003 - 4 avr. 2003. Disponível em: <<http://fr.news.yahoo.com>>. Acessos em: 11 mar. 2003 - 4 avr. 2003.
- BARBOSA, A dauri Antunes. FH: está em jogo o futuro da ONU. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 38, 15 mar. 2003.

ENFRENTANDO O GIGANTE

- BATALHA diplomática. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 22, 10 mar. 2003.
- BUSH e Blair dão dez dias a Saddam. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 27, 8 mar. 2003.
- CHOMSKY, Noam. Argumentos contra uma guerra no Iraque. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 43, 16 mar. - p.31, 19 mar. 2003.
- CLOSETS, François de. Les pièges du néogaullisme. *Le Figaro*, Paris, 12 mar. 2003. Disponível em: <<http://irak.figaro.net/enjeux/20030312.FIG0242.html>>. Acesso em: 12 mar. 2003.
- COCKBURN, Alexander. The incubator returns. *Counterpunch*, Petrolia, 31 dec. 2002. Disponível em: <<http://www.counterpunch.org/cockburn1231.html>>. Acesso em: 9 abr. 2003.
- ESPECIAL: A guerra de Bush. Rio de Janeiro: Infoglobo Comunicações, 20 mar. 2003 - 8 abr. lemento de *O Globo*.
- FRANCE. Ministère de la Défense. *Défense Nationale*: site officiel. Paris, 2003a. Disponível em: <http://www.defense.gouv.fr/def_natio/> Acesso em: 12 mar. 2003.
- FRANCE. Ministère de la Défense. *Livre Blanc sur la Défense*. Paris, 1994. CD-ROM CDES - Armée de Terre 2002.
- FRANCE. Ministère de la Défense. *Position de la France sur l'Irak*: discours et déclarations officiels. Paris, 2002. Disponível em: <<http://www.defense.gouv.fr/actualites/dossier/d141/>>. Acesso em: 12 mar. 2003.
- FRANCE. Palais de l'Élysée. *Interview accordée par Monsieur Jacques Chirac Président de la République aux télévisions américaines CBS et CNN*. Paris, 16 mar. 2003b. Disponível em: <http://www.elysee.fr/cgi-bin/auracom/aurweb/search/file?aur_file=discours/2003/IN030316.html>. Acesso em: 17 mar. 2003.
- FRIEDMAN, Thomas. Consertando o mundo. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 21, 17 mar. 2003.
- GARCIA, Luiz. Ainda acreditando. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 7, 11 mar. 2003.
- GUERRA anunciada. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 23, 10 mar. 2003.
- LE MONDE ON LINE. Paris. Diário. Disponível em: <<http://www.lemonde.fr>>. Acesso em: 31 mar. 2003.
- MANDEVILLE, Laure. Le message français ne passe pas en Europe centrale. *Le Figaro*, Paris, 12 mar. 2003. Disponível em: <<http://irak.figaro.net/reactions/20030312.FIG0238.html>>. Acesso em: 12 mar. 2003.
- MATTOS, Carlos de Meira. A volta do pesadelo atômico. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A3, 14 mar. 2003.
- PEREIRA, Merval. E se faltar água? *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 7, 30 mar. 2003.
- RELATÓRIO: a guerra não levaria democracia ao Oriente Médio. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 34, 15 mar. 2003.
- RODRIGUES, Cássia Maria. Um duelo entre chanceleres. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 27, 8 mar. 2003.
- SCHWARTZ, Gilson. Guerra no Iraque camufla disputa entre euro e dólar. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. B2, 9 mar. 2003a.
- SCHWARTZ, Gilson. Repúdio à guerra também reflete interesses econômicos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. B2, 2 fev. 2003b.
- SYLVESTER, Rachel. Rumsfeld deixa Blair furioso. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 28, 13 mar. 2003.
- UNITED NATIONS. *Charter of the United Nations*. New York: oct. 1997.
- UNITED NATIONS. Security Council. *Resolution 1.441*. New York: 8 nov. 2002. Disponível em: <<http://www.un.int/usa/sres-iraq.htm>>. Acesso em: 6 abr. 2003.
- UNITED STATES OF AMERICA. White House. Washington, DC: Office of the Press Secretary, 16 mar. 2003. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/news/releases/2003/03/20030316-3.html>>. Acesso em: 17 mar. 2003.